



# Haddad diz que queda do dólar e safra devem conter preço dos alimentos

## Dívida pública sobe 12,2% em 2024 e supera R\$ 7,3 trilhões

Página 3

## Modelo mais econômico de IA pode gerar oportunidades para o Brasil

Página 4

### Cate Móvel abre o mês de fevereiro com atendimento em toda a Capital

As equipes do Cate Móvel e da Ade Sampa, agência de desenvolvimento, da Prefeitura de São Paulo estarão em diversos pontos da cidade para oferecer apoio para quem busca por vagas de emprego ou deseja iniciar um negócio. Estão no cronograma bairros como Penha, na zona leste, Barra Funda, na região oeste e Cambuci, na parte central da cidade.

O serviço móvel da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho oferece ajuda na elaboração de currículos, agendamento de entrevistas e orientação sobre o Portal Cate, que conta com mais de 300 cursos gratuitos e on-line. Os atendentes também prestam auxílio no processo de emissão da carteira de trabalho digital.

Para quem necessita de apoio sobre negócio, seja para iniciar ou aprimorar sua empresa, a Ade Sampa poderá prestar assistência técnica aos microempreendedores individuais (MEIs). Com os serviços oferecidos, os empreendedores poderão encontrar suporte para obter microcrédito, formalizar-se com MEI, regularizar dívidas do MEI, entre outros.

Na região da zona leste, as ações começam no dia 3 de fevereiro no Siat III - Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, na Penha, e no Instituto Freire, no Jardim São Gabriel. Na zona norte, o serviço será realizado no Centro de Acolhida Morvan Dias e no Condomínio Jardim das Orquídeas, no Parque Nações Unidas.

Já na zona sul, o Cate Móvel estará na ONG Projeto Social Jardim Itioca, no Centro Temporário de Acolhida Santo Amaro e na Associação Amigos do Bem do Jardim Primavera.

No começo do mês, o serviço estará na região oeste da cidade, no Serviço de Cuidados Prolongados Álcool e Drogas, unidade Boracéia, e na Associação E Ministérios Makários, na Vila Leopoldina.

Os Cate Móveis prestarão atendimento exclusivo para os moradores das Vilas Reencontros nos primeiros dias do mês. Na zona sul, serão atendidas as Vilas Reencontros Jabaquara II e Santo Amaro. Na zona leste, os atendimentos serão nas unidades Canindé, Pari, Cruzeiro do Sul, Sapopemba e Guaianases I e II. Já na região central, o Cate Móvel estará na Vila Reencontro Anhangabaú. A ação intersecretarial envolve ainda as secretarias municipais de Assistência e Desenvolvimento Social e de Inovação e Tecnologia com serviços do Descomplica SP como a solicitação do Bilhete Único, impressão de boletos, suporte para serviços do INSS, Junta Militar, Serasa, entre outros.

### Seis em cada dez brasileiros são favoráveis à regulação das redes



Foto/Tânia Régio/ABr

Página 4

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou na terça-feira (4) que a pressão sobre os preços dos alimentos deve diminuir nos próximos meses com a queda do dólar e a safra recorde em 2025.

“O dólar estava a R\$ 6,10, está a R\$ 5,80. Isso já ajuda muito”, afirmou o ministro ao ser questionado sobre a mais recente ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que apontou um “cenário adverso” para a inflação dos alimentos no médio prazo.

Haddad disse estar “muito confiante de que a safra deste ano, por todos os relatos que eu tenho tido do pessoal do agro, vai ser uma safra muito forte. Isso também vai ajudar”.

A ata do Copom destacou que os preços dos alimentos se elevaram de forma significativa, em função, dentre outros fatores, da estiagem observada ao longo do ano passado e da elevação de preços de carnes, também afetada pelo ciclo do boi.

O ministro da Fazenda observou que variáveis econômi-

cas como o câmbio e a inflação “se acomodam em outro patamar, e isso certamente vai favorecer”. Ele lembrou que o governo e o Congresso promovem um esforço de contenção de R\$ 30 bilhões no Orçamento, com o objetivo de reduzir pressões fiscais sobre a política monetária.

O Copom estima que a inflação de 12 meses deverá se manter acima da meta do Banco Central até junho, o que configuraria “descumprimento da meta”, de acordo com o novo modelo de metas contínuas.

Para Haddad, esse novo modelo, que prevê uma busca contínua por se manter na faixa de tolerância, “permite uma melhor acomodação” da política monetária pelo BC.

O regime de meta de inflação atual determina que o índice deve ficar em 3% no acumulado em 12 meses, com bandas de 1,5 p.p. para cima ou para baixo. Se ficar acima do limite da banda por mais de 6 meses seguidos, há o descumprimento da meta. (Agência Brasil)

#### DÓLAR

Comercial  
Compra: 5,77  
Venda: 5,77

Turismo  
Compra: 5,83  
Venda: 6,01

#### EURO

Compra: 5,99  
Venda: 5,99

### Esporte

## GP Cidade de São Paulo reuniu 700 ciclistas na Zona Leste

O ciclismo voltou a agitar São Paulo no domingo, (2). O motivo foi o GP Cidade de São Paulo, prova promocional que fez parte da programação de aniversário de 471 anos da cidade. Com cerca de 700 inscritos de diversas categorias, o evento foi a atração no Itaim Paulista, Zona Leste de São Paulo, e serviu como aquecimento para as primeiras provas oficiais da temporada, a 17ª Volta Ciclística do Futuro e a 12ª Volta Ciclística Feminina do Brasil, marcadas para a semana que vem, em Mairiporã.

Na briga pelo topo do pódio na Open Masculino, a vitória foi de Mauro Henrique Medeiros da Rocha, da Imuno Brasil Prefeitura CME Iracemópolis, que completou as 20 voltas no circuito de 3,3 km montado na Av. Deputado Doutor José

Aristodemo Pinotti, com o tempo de 1h30min43.214. A segunda colocação foi de Salomão Ferreira, de São Caetano do Sul, com 1h30min43.338, enquanto a terceira ficou com Breno Rafael, da Boitua VHE Pro, com 1h30min43.946.

Já na Open Feminino, o primeiro lugar ficou com a ciclista Juliana Anaja, da Lulu Team, que completou as oito voltas em 51min17.000. A segunda colocada foi Polianassu Oliveira Lage, da S2 Bike Shopping, 51min18.000. Na Master Feminino, a campeã foi a atleta Ana Paula Silva Araujo, da Barba Bikes Racing Team, com 31min55.782 para as cinco voltas realizadas.

“Foi um evento muito agradável e que ressaltou a importância da realização de eventos de ciclismo em várias regiões da cidade. Parabéns a todos os participan-



Foto/ Utilian Bandeira

tes, em especial aos campeões, e nosso agradecimento ao subprefeito de Itaim Paulista, Guilherme Henriques, que prometeu trabalhar para tornar o local uma rua de lazer aos fins de semana. Além de ciclismo de qualida-

ra o foco será na Volta do Futuro e na Volta Feminina, no próximo fim de semana, destacou o presidente da Federação Paulista de Ciclismo, José Cláudio Facex.

Além de ciclismo de qualida-

de, o dia ainda reservou outras atrações para os que prestigiarão o GP Cidade de São Paulo. Foram diversas ações para crianças, como ciclismo infantil, personagens como Mickey e Minnie, pintura artística, brinquedos variados, além de suco e algodão-doce para os pequenos se divertirem.

A prova teve organização da Associação Desportiva Facex, com supervisão da Federação Paulista de Ciclismo e apoio da Prefeitura de São Paulo, Subprefeitura do Itaim Paulista, e a Secretaria Municipal do Esporte e Lazer - SEME.

FILIAÇÕES 2025: <https://cbc.bigmidia.com/> para atletas - já filiados. [https://cbc.bigmidia.com/cadastroExterno/atleta - novo atleta](https://cbc.bigmidia.com/cadastroExterno/atleta-novo atleta). Mais informações em [www.fpciclismo.org.br](http://www.fpciclismo.org.br)

## Miguel Costa estreia de F4 em Jerez com a Campos Racing



Miguel Costa

A primeira corrida de Miguel Costa após migrar do kart para as fórmulas será neste final de semana, em Jerez, na Espanha. O piloto da Campos Racing participou de vários testes de pré-temporada e tem se adaptado rapidamente com o carro neste período de transição profissional. A estreia de Miguel será no F4 Spanish Winter Championship (SWC).

“Nós tivemos muito trabalho desde que anunciamos essa mudança e nos preparamos muito bem para essa primeira corrida de F4. Na semana passada testei em Barcelona e seguimos evoluindo,

então a minha expectativa para a estreia é bem alta”, diz Miguel.

O SWC é o principal campeonato preparatório para a temporada da F4 Espanhola. Além da abertura, em Jerez, a competição de inverno também passará por Portimão (Portugal), Navarra e Aragón até o último final de semana de março.

“Estou feliz em poder fazer minha estreia em Jerez, um circuito tão marcante para o automobilismo e que já recebi corridas de Fórmula 1, inclusive com vitória do meu ídolo Ayrton Senna. Espero começar bem os treinos, tentar fazer boas corridas e seguir acumulando qui-

lometragem para a minha primeira temporada de F4”, diz Miguel.

Os treinos da F4 em Jerez serão realizados nesta sexta-feira (7) com duas sessões de duas horas cada. A programação segue no sábado com a disputa da classificação, a partir das 5h da manhã. No mesmo dia será realizada a corrida 1 às 7h20 e a prova Sprint às 9h50. O domingo prevê uma nova classificação às 5h, seguida da corrida 2 às 7h50 (horários de Brasília). As duas provas terão 30 minutos mais uma volta de duração, enquanto a Sprint terá 20 minutos mais uma volta de disputa.

# Governo abre 1 milhão de vagas para curso de Inteligência Artificial

O Governo de São Paulo está com inscrições abertas para 1 milhão de vagas em um curso gratuito de Inteligência Artificial. Os interessados devem se inscrever até o dia 31 de março no site do programa Qualifica SP [www.qualificasp.sp.gov.br](http://www.qualificasp.sp.gov.br).

Intitulado "IA Para Todos", o curso é oferecido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) em parceria com a StartSe no formato on-line em modo assíncrono, o que permite o estudante realizá-lo quando e onde quiser.

A jornada de aprendizado é dividida em quatro módulos. O

primeiro desmistifica a IA, demonstrando que qualquer pessoa pode utilizá-la. O segundo, ensina como integrá-la ao dia a dia. O terceiro, aborda a criação de aplicações para transformar atividades cotidianas em processos mais produtivos. Por fim, a última etapa foca na atualização e uso de diferentes ferramentas.

"A Inteligência Artificial veio para ficar e queremos que esse assunto seja de conhecimento de todos. Por isso, estamos oferecendo 1 milhão de vagas nesse curso introdutório gratuito para aqueles que desejam se destacar e se preparar para as novas de-

mandas do mercado", afirma Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Podem participar moradores do estado de São Paulo alfabetizados, e não há idade mínima e máxima exigidas. O início é imediato após a realização da ins-

crição. O curso tem um total de quatro horas de aprendizado e pode ser concluído em até três meses. Ao final, os alunos receberão certificado emitido pela StartSe.

"A transformação que estamos vivendo com a IA supera as

revoluções industrial e agrícola. Essa parceria com o Governo de São Paulo mostra que é um tema de política pública. A nossa ideia é que as pessoas possam estudar melhor, evoluir profissionalmente e se desenvolver mais rapidamente sabendo usar todo o

potencial dessa tecnologia", comenta Junior Borneli, CEO e Fundador da StartSe.

**Serviço: Inscrições para curso de IA do Qualifica SP**  
 Prazo: até 31/03  
 Site: [www.qualificasp.sp.gov.br](http://www.qualificasp.sp.gov.br)

## Governador acompanha chegada do Tatução à última estação do trecho norte da Linha 6-Laranja

O governador Tarcísio de Freitas acompanhou na terça-feira (4), na capital, a chegada do Tatução Norte à futura Estação Brasilândia, a última do trecho norte do ramal. As obras da Linha 6-Laranja, estimadas em R\$ 19 bilhões, alcançaram 60% de conclusão e cumprem o cronograma previsto pelo Governo de SP. Desta forma, no segundo semestre de 2026 será entregue o primeiro trecho do ramal, entre as Estações Brasilândia e Perdizes.

"Hoje a celebração é especial, porque estamos chegando à Brasilândia, que lutou por essa obra por muitos anos. É o sonho de toda uma comunidade traba-

lhadora, que acorda muito cedo e gasta hoje uma hora e meia para chegar ao centro. Nós vamos reduzir esse tempo de viagem para 23 minutos. Estamos falando de aumento de produtividade, de menos emissões, de sustentabilidade e também do que há de mais moderno em mobilidade urbana, que é o transporte metroferroviário, para uma cidade enorme como São Paulo", disse o governador Tarcísio de Freitas.

A agenda contou com a presença dos secretários estaduais Rafael Benini (Parcerias em Investimentos) e Marco Antonio Assalve (Transportes Metropolitanos), além do prefeito da capital,

Ricardo Nunes, e de executivos e funcionários da construtora Acciona e do Consórcio Linha Universidades.

O restante da linha, entre as Estações Perdizes e São Joaquim, interligam a Zona Norte ao Centro da Capital e será entregue no segundo semestre de 2027. A linha terá conexões com as Linhas 1-Azul, 4-Amarela, 7-Rubi, 8-Diamante e 9-Esmeralda. "Essa obra é um marco importante, uma conclusão da primeira fase do que temos planejado, mas vamos fazer muito mais com a expansão de toda essa linha", afirmou o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

Com 15,3 quilômetros de extensão e 15 estações, a expectativa é que a Linha 6-Laranja transporte mais de 630 mil passageiros diariamente entre as Estações Brasilândia e São Joaquim. O trajeto, atualmente feito de ônibus em cerca de 1h30, será reduzido para apenas 23 minutos.

Além disso, a construção da Linha 6-Laranja é a maior obra de infraestrutura em execução na América Latina. O empreendimento é uma parceria público-privada (PPP) do Governo do Estado de São Paulo com a Concessionária Linha Universidades (Linha Uni), com a geração de mais de 10 mil empregos. (Governo de SP)

## Saúde capacita profissionais do SUS para enfrentar febre amarela

A Secretaria da Saúde de São Paulo (SES-SP) promove, nesta quarta-feira (5), um webinar para discutir o cenário da febre amarela no estado. A ação é feita em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, a Fundação Fio-cruz e o Ministério da Saúde (MS). Todos os profissionais da saúde dos municípios paulistas podem participar da transmissão on-line.

Durante o webinar "Febre Amarela: novos desafios e a estratégia de enfrentamento no estado de São Paulo", a Secretaria da Saúde apresentará as ações desenvolvidas em resposta às epizootias, nome dado às enfermidades que atacam um grupo de animais. Além disso, a pasta também apresentará as ações em resposta aos casos humanos de febre amarela registrados entre 2024 e 2025.

O evento também abordará os principais procedimentos para investigação da febre amarela em primatas não humanos (PNH). A Secretaria da Saúde

também trará uma capacitação sobre a prevenção da doença e vacinação em locais de circulação do vírus silvestre.

### Onde acompanhar a capacitação sobre febre amarela?

O evento será transmitido ao vivo, a partir das 9h, no canal do YouTube da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD), disponível no link: [youtube.com/@ccd\\_ses\\_sp](https://youtube.com/@ccd_ses_sp). Todos os profissionais de saúde do estado podem acessar e participar.

"Os encontros são promovidos de maneira contínua e, diante do contexto do Estado, estamos reforçando as ações presenciais nas regiões e, também, on-line para que todos possam participar", reforçou Tatiana Lang D'Agostini, diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da SES.

### Casos de febre amarela no estado

Até o início de fevereiro, a Secretaria da Saúde registrou nove casos de febre amarela no

estado de São Paulo. Desses, quatro têm como local provável de infecção a cidade de Socorro, dois em Joanópolis, um em Tuiuti, um com local de infecção ainda em investigação, e um caso importado, com local de infecção em Itapeva, em Minas Gerais. Dos oito casos autóctones (que não são importados) registrados no estado, cinco resultaram em óbitos. Em nenhum caso os infectados haviam sido vacinados contra a febre amarela.

Em relação aos casos de primatas não humanos, o Estado registrou 25 casos neste ano, sendo 20 em Ribeirão Preto, um em Pinhalzinho, um em Socorro, um em Colina, um em Campinas e um em Osasco.

A SES destaca que os macacos não transmitem a febre amarela. Na realidade, a transmissão do vírus ocorre pela picada de mosquito silvestre infectado.

### Os sintomas iniciais da febre amarela são:

Início súbito de febre

Calafrios  
 Dor de cabeça intensa  
 Dores nas costas  
 Dores no corpo em geral  
 Náuseas e vômitos  
 Fadiga  
 Fraqueza  
 Vacinação

A vacina contra a febre amarela integra o calendário de vacinação e está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do estado. A conscientização da população sobre a importância da imunização de rotina é uma medida essencial para prevenir casos graves e proteger a saúde.

Desde 2020, o Ministério da Saúde recomenda a vacinação contra a febre amarela para crianças menores de 5 anos de idade, em duas doses: a primeira aos 9 meses e a segunda aos 4 anos. Para pessoas a partir dos 5 anos, a vacina é de dose única.

A meta é atingir 95% de cobertura vacinal – atualmente, a cobertura do estado é de 80%. (Governo de SP)

## Com incentivos do Governo de SP, estado mantém liderança nacional em vendas de tratores

O agro paulista é um dos principais mercados que impulsionam o crescimento do setor de máquinas agrícolas do Brasil. Em 2024, o estado manteve sua posição de líder em vendas de tratores no país, segundo o último balanço realizado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), com mais de 7 mil unidades comercializadas, o que representa uma participação de 21% do comércio nacional. Paraná e Rio Grande do Sul ocupam a segunda e a terceira colocação, com 4,9 mil e 4,3 mil veículos, respectivamente.

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), visa desenvolver ainda mais as atividades rurais através da modernização e inovação tecnológica no campo.

"Nosso objetivo é facilitar o acesso às novas tecnologias para melhorar a infraestrutura produtiva do campo, contribuindo para a diversificação e a racionalização das atividades", destaca o secretário de Agricultura, Guilherme Piai.

Para contribuir com o avanço tecnológico no estado, a SAA junto com as instituições cooperativas estão alinhadas com o intuito de apoiar pequenos e médios por meio do financiamento da aquisição de tratores e implementos agrícolas. "Nosso compromisso é oferecer aos associados o suporte necessário para aprimorar suas operações e aumentar a produtividade. Acreditamos que, ao facilitar o acesso a recursos, estamos capacitando pequenos e médios produtores a enfrentar os desafios com mais confiança e inovação",

destaca o gerente de Desenvolvimento de Negócios da Central Sicredi PR/SP/RJ, Gilson Nogueira Farias.

O programa Pró-Trator, da SAA, beneficia os pequenos produtores rurais do estado, com subvenção de 4% sobre a taxa de juros, limitada a R\$ 25 mil, pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). "Para o ano de 2025, o Pró-Trator deve ser ampliado com o atendimento de pelo menos 800 produtores rurais, com apoio de cooperativas de produtores rurais e bancos cooperativos", destacou o secretário executivo do Feap, Daniel Miranda. Em 2023 e 2024, foram liberados mais de R\$ 60 milhões.

Antônio Carlos, proprietário do Sítio Santa Rosa, no município de Guaraci, adquiriu um trator por meio do programa. Segundo ele, a iniciativa foi

fundamental para a compra. "Só com incentivos dessa magnitude que nós, pequenos produtores, temos condições de continuar na atividade. Caso contrário estamos fadados ao desaparecimento. Com esta máquina, nos tornamos um pouco mais competitivos perante os grandes produtores", explica o produtor.

"Um trator novo é bom pra tudo. Além de tecnologias atuais, também quebra muito menos. Na agricultura, tudo tem que ser feito no momento certo, não se pode esperar o concreto de uma máquina quebrado", concluiu Antônio Carlos.

Para ter acesso à linha de crédito para aquisição de tratores e implementos agrícolas, o produtor rural precisa ir até a unidade de uma instituição cooperativa parceira do projeto (Sicredi e Siccoob). (Governo de SP)

## CESAR NETO

[www.jornalistacesarneto.com](http://www.jornalistacesarneto.com)



**CÂMARA (São Paulo)**  
 Vereador André Santos já tem grande apoio pra ser candidato à Câmara Deputados em 2026. Ontem, durante solenidade pelo início deste mandato, saiu consagrado pré-candidato [pelo Republicanos que preside na capital]

**PREFEITURA (São Paulo)**  
 Prefeito Ricardo Nunes (MDB) tá no 2º mês do 2º mandato. Ex-dirigente de jornal [na região de Santo Amaro], pode entrar pra história caso resgate o comitê de imprensa [no qual fui eleito dirigente no final dos anos 1990]

**ASSEMBLEIA**  
 Ainda estão no começo dos 2 últimos anos dos mandatos de 94 deputados(as), 5 fevereiro 2025 entrará pra história, por ser o ano no qual a ALESP completa 190 anos. Trata-se do maior e mais importante parlamento estadual ...

**(São Paulo)**  
 ... do Brasil [e América Latina]. Entre as histórias, a fundação [por jornalistas na Constituinte de 1947] do Comitê de Imprensa [Associação dos Cronistas de Política de São Paulo], no qual fui eleito dirigente no final dos anos 2000

**GOVERNO (São Paulo)**  
 Entrou no 2º mês [dos 2 últimos anos do 1º mandato] o governo de Tarcísio Freitas (Republicanos). O reformado capitão do Exército tá reafirmando o que esta coluna de política afirma desde 2023: candidato à reeleição em 2026

**CONGRESSO (Brasil)**  
 Novidades pra valer, na eleição do Hugo Motta à presidência da Câmara Deputados, são apenas a idade [35 anos] mais jovem na história e o partido [Republicanos], 1º que não foi [como os dos anteriores] criado nos anos 1980

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**  
 Em 2006, quando venceu [Alckmin no PSDB] seu hoje vice-presidente, Lula dizia que era candidato à reeleição pra ampliar o que tá dando certo, corrigir o que houve [de errado] e fazer muita coisa que ainda não pôde ser feita

**PARTIDOS (Brasil)**  
 Prestes a comemorar [em fevereiro 2025] as histórias dos 45 anos da criação [da legenda 13] do seu Partido dos Trabalhadores, o ainda dono Lula [via Lulismo ... no 3º governo presidencial] completará 80 anos em outubro 2025

**ANO 33**  
 O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

[cesar@jornalistacesarneto.com](mailto:cesar@jornalistacesarneto.com)

**A PALAVRA -** "E aproximou-se dele um leproso, que, rogando-lhe e pondo-se de joelhos diante dele, lhe dizia: Se queres, bem podes limpar-me" Marcos 1:40

## Jornal O DIA S. Paulo

**Administração e Redação**

Matriz:  
 Rua Carlos Comenale, 263  
 3º andar  
 CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

**Jornalista Responsável**  
 Angelo Augusto D.A. Oliveira  
 Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail: [contato@jornalodiasp.com.br](mailto:contato@jornalodiasp.com.br)**  
**Site: [www.jornalodiasp.com.br](http://www.jornalodiasp.com.br)**

**Assinatura on-line**  
 Mensal: R\$ 20,00  
 Agência Brasil - EBC

**Publicidade Legal**  
**Atas, Balanços e Convocações**  
**Fone: 3258-1822**

**Periodicidade: Diária**  
**Exemplar do dia: R\$ 3,50**  
**Impressão: Grafica Pana**

# Dívida pública sobe 12,2% em 2024 e supera R\$ 7,3 trilhões

Influenciada pelo nível alto de juros, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em 2024 e superou a marca de R\$ 7,3 trilhões. Segundo números divulgados na terça-feira (4) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 6,52 trilhões em 2023 para R\$ 7,316 trilhões no ano passado, alta de 12,2%.

Apenas em dezembro, a DPF subiu 1,55% em relação a novembro, quando estava em R\$ 7,204 trilhões.

Apesar da alta em 2024, a DPF está dentro da banda prevista. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado em setembro do ano passado, o estoque da DPF deveria encerrar 2024 entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 11,13%, passando de R\$ 6,269 trilhões em 2023 para R\$ 6,967 trilhões em 2024. No ano passado, o Tesouro emitiu R\$ 24,82 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis corrigidos pela

Taxa Selic (juros básicos da economia). No entanto, o principal fator de variação foi a apropriação de R\$ 673,875 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Selic em 12,25% ao ano em dezembro do ano passado, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

Em 2024, o Tesouro emitiu R\$ 1,457 trilhão em títulos da DPMFi, alta de 6,73% em relação a 2023, e resgatou R\$ 1,43 trilhão. A maior parte das emissões (R\$ 945,02 bilhões) ocorreu para atender à demanda de títulos corrigidos pela Selic.

No mercado externo, a Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 38,87%, passando de R\$ 251,46 bilhões em 2023 para R\$ 349,19 bilhões em 2024. A alta foi puxada pela valorização do dólar, que subiu 27,3% no ano passado. O dólar começou a disparar em ju-

nho, influenciado pelo atraso no início da queda dos juros nos Estados Unidos, pelas eleições no país e pelas turbulências provocadas após o anúncio da proposta de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda.

## Colchão

Em 2024, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. Essa reserva passou de R\$ 982,37 bilhões ano retrasado para R\$ 860,15 bilhões no fim do ano passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,24 meses de vencimentos da dívida pública, o menor nível desde fevereiro de 2016. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de cerca de R\$ 1,25 trilhão da DPF.

## Composição

Por causa da demanda por títulos vinculados à Selic, a proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu

de 39,66% em 2023 para 46,29% em 2024. O PAF de 2024 revisado em setembro previa que o indicador fecharia 2024 entre 44% e 47%, contra estimativa anterior de 40% a 44%. Esse tipo de papel atrai o interesse dos compradores por causa no nível alto da Taxa Selic. O percentual pode subir ainda mais nos próximos meses por causa da perspectiva de alta nos juros básicos da economia.

Sem grande volume de vencimentos, a proporção dos títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu, passando de 26,53% em 2023 para 21,99% em 2024. A versão mais recente do PAF previa que o indicador fecharia 2024 entre 22% e 26%, contra meta anterior de 24% a 28%.

No início do ano, o Tesouro tinha voltado a lançar mais papéis prefixados. No entanto, a volta das instabilidades no mercado comprometeu as emissões, porque esses títulos têm demanda menor em momento de instabilidade econômica e de alta nos juros.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF também caiu, passando de 29,76% para 26,96%. O PAF revisado previa que os títulos vinculados à inflação encerrariam o ano entre 25% e 29%, enquanto a meta anterior estava entre 27% e 31%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública subiu de 4,05% para 4,76%, motivado principalmente pela correção de juros da dívida externa. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2024, entre 3% e 7%.

## Prazo

O prazo médio da DPF subiu levemente de 3,95 para 4,05 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investido-

res na capacidade do governo de honrar os compromissos.

## Detentores

As instituições financeiras seguiram em 2024 como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 29,5% de participação no estoque. Os fundos de pensão, com 23,9%, e os fundos de investimento, com 21,7%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Mesmo com as turbulências no mercado financeiro global, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu, de 9,5% em 2023 para 10,2% em 2024. Os demais grupos somam 14,8% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a Selic, a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência). (Agência Brasil)

# Guerra comercial de Trump terá reflexos no Brasil, dizem economistas

A guerra comercial desencadeada pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, deve causar reflexos na economia brasileira, que podem ser sentidos com maior pressão inflacionária, aumento de juros, imprevisibilidade e diminuição do ritmo de comércio internacional, além de taxação direta de exportações brasileiras. O cenário é traçado por economistas ouvidos pela Agência Brasil.

Na terça-feira (4) começou a vigorar a taxação adicional de 10% aplicada a produtos chineses. O país asiático reagiu de imediato, impondo tarifas a produtos americanos, como carvão, gás natural e maquinário agrícola. Há a expectativa de um contato entre Trump e autoridades chinesas nas próximas horas.

Os vizinhos americanos México e Canadá conseguiram, após conversas com Trump na segunda-feira (3), suspender por 30 dias uma sobretaxação de 25%. Os anúncios foram feitos pela presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, e pelo primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau.

Os três países têm superávit comercial com os Estados Unidos, ou seja, vendem mais do que compram dos americanos. O Brasil vive situação oposta, tem déficit comercial, comprou mais do que vendeu aos americanos. Mesmo nessa situação, acreditam especialistas, o país deve receber reflexos da guerra de tarifas.

De acordo com a economista

Lia Valls Pereira, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), a imprevisibilidade criada por Donald Trump é um dos primeiros grandes reflexos que afetarão a economia mundial, incluindo o Brasil.

“É tudo muito incerto, hoje é uma coisa, amanhã pode ser outra”, disse a economista à Agência Brasil logo após o anúncio da suspensão da taxação de itens mexicanos e antes do alívio aos canadenses.

“Um dos piores efeitos é esse grau de imprevisibilidade que causa no comércio. Comércio internacional é uma coisa que tem planejamento, tem contrato. Se você fica em cenário totalmente incerto, é ruim para todos, inclusive para o Brasil”, afirma.

Donald Trump também tem ameaçado a União Europeia (UE) com a taxação de importações americanas. A UE tem dito que “deve responder com firmeza a qualquer parceiro comercial que imponha tarifas injustas ou arbitrárias sobre produtos do bloco”.

Antes de chegarem a um acordo com Trump, México e Canadá tinham prometido medidas retaliatórias, caminho efetivamente seguido pela China.

“Se todo mundo começar a aumentar a tarifa, o comércio internacional recua, a demanda mundial recua”, afirma Valls.

Para o professor de economia da Uerj Caio Ferrari, uma guerra tarifária tem potencial para provocar a desaceleração da economia mundial. Segundo ele, à medida que os países colocam retalições em prática, a economia mundial diminui.

“Os ganhos do comércio, da especialização e da escala de produção eficiente global se reduzem. Isso afeta o Brasil na medida que as exportações brasileiras dependem da renda gerada no resto do mundo”, diz Caio Ferrari.

O professor explica, que se a renda é menor, a demanda por exportações é menor. “Logo, teríamos um prejuízo ao setor externo exportador brasileiro”, completa.

Em 2024, a balança comercial entre Brasil e Estados Unidos ficou negativa no lado brasileiro em US\$ 253 milhões. Vendemos para os americanos US\$ 40.330 milhões e compramos US\$ 40.583 milhões, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Os EUA são o segundo principal parceiro comercial do Brasil, atrás da China. Os itens que mais vendemos para os estadunidenses foram petróleo (14% do total exportado), produtos semiacabados de ferro ou aço (8,8%), aeronaves, incluindo partes e equipamentos (6,7%) e café (4,7%).

Apesar do déficit comercial brasileiro, Donald Trump já fez

menções ao Brasil como um dos países que também podem ter itens taxados. Segundo o governo americano, o Brasil e a América Latina precisam mais dos EUA do que o inverso.

Enquanto o Brasil foi o nono maior importador de produtos dos EUA em 2024, segundo dados até novembro do governo americano, somos apenas o 18º que mais exporta para eles.

Na última quinta-feira (30), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a relação entre os dois países será de reciprocidade.

Para o economista Gilberto Braga, professor do Ibmec, o Brasil deve sofrer efeitos diretos de medidas protecionistas americanas, “muito provavelmente, em curto prazo”.

“Uma das dúvidas principais é se as medidas serão lineares, um percentual fixo de taxa adicional sobre todos os produtos exportados ou se de forma seletiva, produto a produto”, diz.

Lia Valls, da FGV, cita itens de siderurgia e agrícolas como os mais prováveis de serem taxados, por causa do sucesso brasileiro nesses setores.

Caio Ferrari, da Uerj, acredita que o Brasil pode estar em uma lista futura de países sobretaxados.

“O Brasil pode ser afetado diretamente se a escalada tarifária americana incluir os produtos primários produzidos no Brasil”.

Para ele, uma decisão americana nesse sentido seria um atraso. “Os países emergentes ten-

tam reduzir as tarifas de produtos primários nas rodadas da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde sua criação. As medidas de Trump seriam um retrocesso grande nessa área”.

O professor Gilberto Braga observa que as medidas protecionistas americanas podem afetar a política de juros aqui no Brasil. Ele lembra que a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) classificou como risco de cenário externo a situação americana.

Um dos receios é que, para conter pressão inflacionária, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) não consiga diminuir a taxa americana de juros – hoje entre 4,25% a 4,50% ao ano, patamar considerado alto para padrões mundiais, o que atrai dólares dos investidores internacionais, que retiram seus recursos de outras economias, como a brasileira.

A fuga de dólares do Brasil tem o impacto de aumentar o preço da moeda americana, causando pressão na inflação por aqui, efeito que o BC tentaria frear com aumento de juros, tornando o crédito no Brasil mais custoso.

“Ou seja, a política econômica de Trump já é [para o Banco Central brasileiro] um dos fatores considerados para a alta dos juros no Brasil”, explica Braga.

Caso medidas protecionistas de Trump se alastrem, como ele mesmo tem ameaçado, mirando

na União Europeia, por exemplo, uma consequência pode ser novos dinamismos em correntes de comércio de outros países.

“Há algumas décadas a participação de outros países na demanda externa por produtos brasileiros tem crescido, e os EUA não são mais o principal parceiro comercial, acredito que as medidas do governo americano podem intensificar ainda mais esse processo”, avalia Ferrari.

A economista Lia Valls vê espaço para o Brasil se aproximar de outros mercados, como a União Europeia e o México. “Ao Brasil interessa exportar mais para esse mercado. Ver se consegue criar mais laços, mais acordos, se consolidar”. Ela lembra do acordo Mercosul-União Europeia. “Realmente causa mais desvio de comércio dos Estados Unidos”.

Para Braga, uma das alternativas a este cerco das medidas protecionistas de Donald Trump é a busca por acordo comerciais diretos entre os países e blocos comerciais. Ele faz uma analogia entre comércio internacional e um jogo de xadrez, “em que os Estados Unidos estão jogando de peças brancas, mexendo primeiro as suas peças no tabuleiro, e os demais países jogam as pretas, se defendendo”.

“Qualquer peça movimentada não tem consequência isolada, mas em todo o jogo comercial internacional”, compara. (Agência Brasil)

# Copom aponta para aumento da Selic em 1 ponto em março

A taxa básica de juros da economia, a Selic, deve aumentar novamente em um ponto percentual (p.p), em março. É o que aponta a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada na terça-feira (4). Segundo o Copom, o cenário de inflação de curto prazo segue adverso, principalmente em razão do aumento nos preços dos alimentos. Mantido esse cenário, o comitê aponta que a inflação deve ficar acima da meta pelos próximos 6 meses.

“Diante da continuidade do cenário adverso para a convergência da inflação, o comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, um ajuste de mesma magnitude na próxima reunião”, informa o Copom.

Na semana passada, o comitê aumentou a Selic para 13,25% ao ano, por entender que a decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o re-

dor da meta. A ata destacou que os preços dos alimentos se elevaram de forma significativa, em função, dentre outros fatores, da estiagem observada ao longo do ano passado e da elevação de preços de carnes, também afetada pelo ciclo do boi.

Com relação aos bens industrializados, o movimento recente de aumento do dólar pressiona preços e margens, sugerindo maior aumento em tais componentes nos próximos meses.

Para os integrantes do comitê, esse aumento tende a se propagar para o médio prazo. “Essa decisão [de aumentar a Selic] é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do ní-

vel de atividade econômica e fomento do pleno emprego”, explica o comitê na ata.

Ainda segundo o Copom, a inflação de serviços segue acima do nível compatível com o cumprimento da meta, de acordo com as observações mais recentes. A ata destaca que, ao longo dos últimos trimestres, a atividade econômica manteve o dinamismo, em particular, no ritmo de crescimento do consumo das famílias.

Outro ponto destacado é que o mercado de trabalho também se mostrou aquecido, juntamente com o mercado de crédito. Esse quadro foge do cenário-base defendido pelo comitê para o recuo da inflação. Esse cenário envolve uma política econômica contracionista, com desaceleração da atividade econômica.

“Foi destacado, na análise de curto prazo, que, em se concretizando as projeções do cenário de referência, a in-

flação acumulada em 12 meses permanecerá acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta nos próximos 6 meses consecutivos. Desse modo, com a inflação de junho deste ano, configurar-se-ia descumprimento da meta sob a nova sistemática do regime de metas”, disse o Copom.

O regime de meta de inflação determina que o índice deve ficar em 3% no acumulado em 12 meses, com bandas de 1,5 p.p. para cima ou para baixo. Se ficar acima do limite da banda por mais de 6 meses seguidos, há o descumprimento da meta.

O BC voltou a apontar o dinamismo da economia com vigor nas concessões de crédito amplo, política fiscal expansionista e o fomento do pleno emprego como fatores que têm dado suporte ao consumo e à demanda agregada, pressionando a inflação.

O Copom adiantou que vai

seguir observando esses fatores para o desempenho da “estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante”.

“Como o mercado de trabalho segue aquecido, é difícil avaliar em que medida uma eventual desaceleração refletiria enfraquecimento da demanda ou pressões de oferta, portanto, com impactos diferentes sobre a inflação. O Comitê seguirá acompanhando a atividade econômica e reforça que o arrefecimento da demanda agregada é um elemento essencial do processo de reequilíbrio entre oferta e demanda da economia e convergência da inflação à meta”.

Em relação ao cenário externo, o Copom aponta ainda que o cenário também permanece desafiador, em função, principalmente, da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos. O cenário-base do comitê segue sendo

de desaceleração gradual e ordenada da economia norte-americana.

Entretanto, o comitê chama a atenção para algumas incertezas na política econômica, tais como a introdução de tarifas à importação, adoção de possíveis estímulos fiscais, restrições na oferta de trabalho, e alterações importantes em preços relativos decorrentes de reorientações da matriz energética, “o que pode impactar negativamente as condições financeiras e os fluxos de capital para economias emergentes”.

“O comitê acompanhou com atenção os movimentos do câmbio, que tem reagido, notadamente, às notícias fiscais domésticas, às notícias da política econômica norte-americana e ao diferencial de juros. A consecução de determinadas políticas nos Estados Unidos pode pressionar os preços de ativos domésticos”, diz a ata. (Agência Brasil)

# Seis em cada dez brasileiros são favoráveis à regulação das redes

## STF condena homem que furtou réplica Constituição em 8 de janeiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou a 17 anos de prisão o homem que furtou uma réplica da Constituição de 1988 durante os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A decisão foi tomada na terça-feira (4) durante sessão do plenário virtual da Corte.

Marcelo Fernandes Lima está preso desde 2023 e foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos crimes de associação criminosa armada, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito

e tentativa de golpe de Estado. Além de cumprir a pena em regime inicial fechado, o acusado terá que pagar R\$ 30 milhões de forma solidária com outros condenados pelo 8 de janeiro pelos prejuízos causados.

A cópia da Constituição estava na entrada do plenário do STF, local mais afetado pela depredação durante os atos golpistas, e foi devolvida pelo acusado.

Durante o processo criminal, a defesa de Marcelo Fernandes negou que ele tenha usado violência ou grave ameaça. (Agência Brasil)

Levantamento nacional feito pela Nexus Pesquisa e Inteligência de Dados mostra que 60% dos brasileiros são favoráveis à regulação das redes sociais. De acordo com a pesquisa, divulgada na terça-feira (4), 29% dos entrevistados são contrários à regulação; e 12%, não manifestaram opinião.

A pesquisa entrevistou presencialmente 2 mil pessoas, com idade a partir de 16 anos, nas 27 unidades da Federação, no período de 10 a 15 de janeiro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Segundo a Nexus, dos 60%

favoráveis à regulação, a metade (ou 30% do total) ponderou que só é favorável se a regulação não limitar a liberdade de expressão das pessoas no ambiente digital; 46% deles (o equivalente a 28% do total da população total) defenderam a regulação mesmo que, em alguns casos, ela limite a liberdade de expressão; já os demais defenderam genericamente a regulação, mas não souberam se posicionar em relação ao argumento da liberdade de expressão.

O levantamento mostra ainda que 61% dos brasileiros concordaram que a regulação é fun-

damental para enfrentar a disseminação de conteúdos antidemocráticos, discursos de ódio ou de cunho racista, machista e lgbtfóbicos publicados na internet; 29% disseram discordar; 10% não manifestaram opinião.

De acordo com a pesquisa, 78% afirmaram acreditar que as plataformas precisam ter mais responsabilidade por suas atividades do que têm atualmente; 14% discordaram; e 8% não manifestaram opinião. Já 64% afirmaram acreditar que a regulação é uma importante forma de combater a difusão de desinformação nas plataformas, en-

quanto 25% pensam o oposto, e 11% não manifestaram opinião.

A pesquisa mostra também que, para 73% dos brasileiros, a checagem feita por algumas plataformas é importante para combater notícias falsas e discursos de ódio, contra 19% que discordaram, e 9% não manifestaram opinião.

Segundo o levantamento, 65% defenderam que a análise do conteúdo também seja feita pelo usuário para garantir a liberdade de expressão, enquanto 25% têm opinião contrária; e 11% não manifestaram opinião. (Agência Brasil)

## Dino convoca audiência com Executivo e Congresso sobre emendas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou para o dia 27 deste mês uma audiência de conciliação para tratar da transparência no pagamento de emendas parlamentares.

Na decisão proferida na terça-feira (4), o ministro explicou que a audiência será realizada para acompanhar as medidas de controle e transparência determinadas por ele e pelo plenário da Corte desde 2022.

O ministro determinou a intimação da Advocacia-Geral da União (AGU), do Senado, da Câmara dos Deputados, da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do PSOL, partido que entrou com a ação que pede transparência nos repasses de emendas.

Dino também determinou que o governo federal e as Casas legislativas respondam a diversos questionamentos sobre a liberação das emendas.

O ministro quer esclarecer se o Executivo elaborou um plano de fiscalização para garantir que os valores das emendas não sejam utilizados para “indevidos favorecimentos”, as medidas adotadas para priorizar a conclusão de obras inacabadas e o atual andamento das auditorias que foram determinadas à Controladoria-Geral da União (CGU).

O Congresso Nacional deverá apontar as medidas adotadas pelas comissões temáticas da área da saúde para validar as emendas liberadas para o cum-

primento do valor mínimo constitucional para o setor e as medidas tomadas para acompanhar o pagamento das emendas de bancada a projetos estruturantes.

No mês passado, Flávio Dino suspendeu emendas parlamentares para organizações não governamentais (ONGs) devido à falta de transparência.

Os recursos só serão liberados a partir da comprovação de regularidade nos repasses, que são feitos pelo governo federal, responsável pela execução do Orçamento da União.

Em dezembro de 2022, o STF entendeu que as emendas chamadas de RP8 e RP9 eram inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou

uma resolução que mudou as regras de distribuição de recursos por emendas de relator para cumprir a determinação da Corte.

No entanto, o PSOL, partido que entrou com a ação contra as emendas, apontou que a decisão continuava em descumprimento.

Após a aposentadoria da ministra Rosa Weber, relatora original do caso, Flávio Dino assumiu a condução do caso.

Em agosto do ano passado, Dino suspendeu as emendas e decidiu que os repasses devem seguir critérios de rastreabilidade. O ministro também determinou que a CGU auditasse os repasses dos parlamentares por meio das emendas do orçamento secreto. (Agência Brasil)

## Petrobras diz ter atendido exigências do Ibama sobre Margem Equatorial

A presidenta da Petrobras, Magda Chambriard, disse na quarta-feira (4) que a empresa atendeu a todas as demandas colocadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para exploração de petróleo na Margem Equatorial, na Bacia da Foz do Amazonas. A declaração foi dada durante o Fórum Brasil de Energia, na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no centro do Rio de Janeiro.

“Nós estamos em um processo de licenciamento com o Ibama. Entregamos toda a demanda do Ibama nos últimos dias de novembro. Estamos construindo o centro de reabilitação da fauna no Oiapoque, que deve ficar pronto agora em março”, disse a presidenta da Petrobras.

“Todas as respostas às demandas estão no relatório que entregamos no dia 27 de novembro e agora estamos aguardando a avaliação do Ibama sobre o material.”

A Bacia da Foz do Amazonas ocupa uma faixa no território marítimo que se estende entre a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa até onde a Baía do Marajó divide o arquipélago da costa paraense. Na região, está o bloco exploratório de petróleo e gás natural FZA-M-59.

O bloco é parte da chamada Margem Equatorial, que comporta cinco bacias sedimentares: Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar, além da Foz do Amazonas. A Petrobras tem 16 poços na nova fronteira exploratória, no entanto, só tem autorização do Ibama para perfurar dois deles, na costa do Rio Grande do Norte.

A exploração é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis danos ambientais. O Ibama negou a licença para outras áreas, como a da Bacia da Foz do Amazonas. A Petrobras pediu ao instituto, ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), uma reconsideração. (Agência Brasil)

## BNDES apoia plano de universalização da cobertura de esgoto em Manaus

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou que apoiará a implementação do plano de investimentos da Águas de Manaus, concessionária de abastecimento de água e esgoto da capital do Amazonas. A operação totaliza R\$ 1,5 bilhão e tem como objetivo universalizar a cobertura de esgoto na cidade. Ao todo, o plano prevê investimentos da ordem de R\$ 3,08 bilhões.

O financiamento contará com R\$ 255 milhões do BNDES Fimem (apoio direto) e com a emissão de debêntures incentivadas, no valor de R\$ 1,245 bilhão, com

emissão coordenada pelo próprio BNDES. O serviço de abastecimento de água em Manaus está universalizado, com a cobertura de água tendo alcançado o indicador previsto no Novo Marco Legal do Saneamento. No entanto, a cobertura de esgoto atual é de cerca de 30%, sendo o objeto principal do plano para o período de 2023 até 2033.

O plano prevê a execução de, aproximadamente, 2.335 km de redes coletoras, 157 km de interceptores, a instalação ou reforma de 29 estações de tratamento de esgoto (ETEs), a implantação de 248 estações elevatórias de

esgoto e a execução de, aproximadamente, 147 km de rede elevatória de esgoto.

“Universalizar a cobertura de esgoto é um dos desafios do Brasil e exige a implementação de soluções atrativas de financiamento, como a emissão de debêntures incentivadas, que permitam o investimento necessário para a conclusão de obras de infraestrutura”, disse o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Segundo ele, historicamente, o BNDES é o principal financiador de projetos de infraestrutura no país. Desde 2000, o banco financiou mais de R\$ 1 trilhão para

a execução de mais de 2 mil projetos.

O contrato de concessão, celebrado no ano 2000, tem como finalidade a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário pelo prazo de 45 anos. São aproximadamente 816 km de redes coletoras de esgoto, 4.155 km de redes de distribuição de água tratada, incluindo 245 km de adutoras, e 52 poços ativos. Esta infraestrutura está distribuída em todo o perímetro urbano da cidade de Manaus e associada a elevatórias e estações de tratamentos. (Agência Brasil)

# Modelo mais econômico de IA pode gerar oportunidades para o Brasil

Lançado há algumas semanas, o assistente virtual (chatbot) DeepSeek já é apontado por alguns especialistas como um marco na história do desenvolvimento da inteligência artificial (IA). O modelo chinês promete reduzir os custos de produção, treinamento e implantação de novos modelos de IA se comparados aos investimentos feitos por seus principais concorrentes, principalmente os estadunidenses, como o ChatGPT e o Gemini Ultra.

Segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil, o sucesso da startup chinesa ao apostar em um sistema menos dependente de infraestrutura de ponta, com uma arquitetura computacional mais econômica e, ainda assim, capaz de entregar resultados semelhantes aos dos concorrentes, pode transformar os parâmetros de desenvolvimento de sistemas de IA, desafiando a hegemonia das grandes empresas de tecnologia e gerando oportunidades para países em desenvolvimento. Incluindo o Brasil.

“O grande diferencial do DeepSeek é que, enquanto os modelos das empresas norte-americanas dependem de hardware avançado, de chips de última geração, os desenvolvedores chineses alcançaram resultados impressionantes usando equipamentos supostamente menos sofisticados, menos potentes. Graças ao desenvolvimento de algoritmos inovadores”, afirmou em entrevista à Agência Brasil o cientista de inteligência artificial

Rodrigo Clemente Thom de Souza, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

“Essa abordagem quebra a hegemonia norte-americana e estimula outros países, como o Brasil, a utilizarem modelos como esse na forma de plataforma-base para, talvez, desenvolver soluções adaptadas a nossas próprias necessidades”, acrescentou Souza, destacando que o DeepSeek opera com código aberto. O que significa que desenvolvedores do mundo inteiro podem aprimorar seu código-fonte e criar versões ainda mais avançadas, ao contrário dos sistemas de código fechado, nos quais apenas os detentores dos direitos autorais conseguem acessar o conjunto de instruções usados pelos programadores para criar o software.

“Com os códigos proprietários protegidos, são necessários muito mais tempo e recursos para alguém alcançar um marco já estabelecido por terceiros. Já com o código aberto, esse marco se torna mais acessível, e outros atores podem participar do aprimoramento do que já foi apresentado. Para o Brasil, para os desenvolvedores brasileiros, essa pode ser uma oportunidade de trabalhar a partir de um patamar muito melhor, podendo correr atrás de desenvolver múltiplas plataformas que contemplem objetivos próprios, como, por exemplo, algoritmos treinados com mais dados em língua portuguesa ou com mais aspectos da realidade brasileira”, comentou Souza, asse-

gurando que, além de colaborar em projetos internacionais, muitos profissionais brasileiros participam ativamente de importantes pesquisas acadêmicas e do desenvolvimento de novos produtos.

“Há inúmeras oportunidades, mas o país tem que estar de olho nas mudanças que estão ocorrendo. E aproveitar o conhecimento disponível, mirando aquilo que acha que será estrategicamente vantajoso para nós, brasileiros. Precisamos de mais investimentos para desenvolvermos a parte de hardware, incluindo semicondutores, componentes eletrônicos e equipamentos computacionais, mas talvez essa questão não tenha tanto peso quanto acreditávamos, conforme a DeepSeek está apontando. Qualquer que seja o caso, quanto mais capacidade de hardware tivermos, mais preparados estaremos para os próximos passos. Então, as duas coisas têm que caminhar em conjunto, mas acredito que, neste momento, o ponto mais favorável ao Brasil é o desenvolvimento de software [programas]”, pontuou Souza.

Diretor do Departamento de Engenharia de Computação da Universidade de Taubaté (Unifesp), Dawilmar Guimarães de Araújo concorda com a tese de que brasileiros podem se valer do código-fonte do DeepSeek para desenvolver plataformas de IA com foco em dados e necessidades locais, beneficiando o Brasil.

“Para mim, o fato de a DeepSeek abrir o código é bastante

oportuno, pois alavanca a ideia de podermos criar outras plataformas de IA. Para isso, precisamos entender o ponto onde estamos e decidir para onde queremos ir. Nossas startups precisam de mais investimentos públicos e privados. E nossos governantes precisam entender a importância dos investimentos sérios em tecnologia. Capacidade para termos nossa própria DeepSeek acredito que nós temos. Basta seriedade nos investimentos”, afirmou Araújo.

Para o coordenador do MBA de Negócios Digitais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Miceli, ainda não é possível afirmar que o código-aberto ditará o futuro do desenvolvimento da inteligência artificial. “Ainda tem muita coisa para acontecer antes que possamos ser taxativos nas análises”, ponderou Miceli, referindo-se ao fato de que, dias após lançar seu chatbot com enorme sucesso, o próprio DeepSeek apresentou uma versão melhorada do Janus, seu gerador de imagens com emprego de inteligência artificial. É a também chinesa AliBaba disponibilizou o Qwen 2.5, seu modelo de IA, que a companhia afirma ser superior a todos os outros assistentes digitais disponíveis no mercado.

“Todas as expectativas, de repente, foram redesenhadas. Aparentemente, não vamos precisar de tanta energia, de tantos recursos computacionais e de tanto dinheiro quanto imaginávamos. Com isso, outras empresas, de diferentes segmentos, devem

lançar suas próprias soluções de IA, específicas para determinados fins. E as próprias big techs [estadunidenses] vão acabar estudando o código do DeepSeek e, em alguma instância, replicando parte do que os desenvolvedores chineses conseguiram fazer. Ou seja, acredito que teremos uma estrutura de funcionamento de IA diferente da que imaginávamos. E que, se a DeepSeek começar a ganhar muito volume, o governo dos Estados Unidos intervirá nesse jogo. Afinal, o desenvolvimento da IA é algo maior do que a competição entre organizações. É uma questão geopolítica”, concluiu Miceli.

Em entrevista à CNN, no último dia 30, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, comentou o assunto, assegurando que o Brasil planeja desenvolver seus próprios modelos de inteligência artificial a fim de promover bem-estar social e melhorar serviços públicos.

“O aspecto mais importante dessa nova tecnologia DeepSeek R1 é mostrar que o volume de recursos necessários para competir em IA não é inalcançável para países como o nosso”, disse a ministra.

Em nota, o ministério destacou que o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), lançado em agosto de 2024, durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, prevê um investimento da ordem de R\$ 23 bilhões até 2028 para “consolidar o Brasil como

um ator relevante no cenário global de IA”, especialmente no setor público.

Uma das iniciativas-chave para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento em IA no Brasil é a estruturação do Instituto de Inteligência Artificial do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), ao qual caberá identificar as necessidades dos pesquisadores e da comunidade científica na área de inteligência artificial, além de organizar eventos, treinamentos e facilitar a participação do Brasil em iniciativas internacionais.

O PBIA também prevê a expansão do supercomputador Santos Dumont, do LNCC. A expectativa, segundo a pasta, é que o aparelho se torne um dos cinco maiores do mundo, promovendo o desenvolvimento de um modelo de linguagem próprio em português (LLM).

“Com o PBIA e a adoção de IA em diversas áreas, o Brasil vai demonstrar que está pronto para enfrentar os desafios globais e garantir que a inteligência artificial seja uma aliada no desenvolvimento do país. O governo brasileiro busca modernizar serviços públicos, promover inclusão social, combater desigualdades e preservar empregos. A IA, nesse contexto, não é apenas uma ferramenta tecnológica, mas um meio de transformação social e econômica, sempre com foco no bem-estar da população”, sustenta o ministério, na nota. (Agência Brasil)







# Dívida pública pode alcançar até R\$ 8,5 trilhões em 2025

Depois de encerrar 2024 acima de R\$ 7,3 trilhões e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim deste ano entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões. Os números foram divulgados na terça-feira (4) pelo Tesouro Nacional, que apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2025.

O plano apresenta metas para a dívida pública para este ano. Assim como no ano passado, governo criou um espaço para diminuir a fatia de títulos prefixados (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e aumentar a participação dos papéis corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia). Isso ajudaria a atrair os investidores aos títulos vinculados à Selic, que estão no nível mais alto em quase dois anos.

Segundo o documento, a par-

cela da DPF vinculada à Selic deverá encerrar o ano numa faixa entre 48% e 52%, contra intervalo de 43% e 47%. Atualmente, está em 46,29%. A fatia dos títulos prefixados deverá encerrar o ano entre 22% e 26%, praticamente estável em relação aos 21,99% registrados atualmente.

A proporção da dívida pública corrigida por índices de preços deverá ficar entre 25% e 29%. Hoje está em 26,96%. Já a participação da dívida corrigida pelo câmbio, considerando a dívida pública externa, deverá encerrar o ano entre 3% e 7%. O percentual atual está em 4,76%. Os números não levam em conta as operações de compra e venda de dólares no mercado futuro pelo Banco Central, que interferem no resultado.

No ano passado, segundo a versão revisada em setembro, o PAF previa que a Dívida Pública

Federal poderia encerrar 2024 entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões.

## Composição

Em 2024, a DPF teve grande aumento de títulos corrigidos pela Selic, que subiram de 39,66% em dezembro de 2023 para 46,29% no mês retrasado, dentro da banda revisada de 43% a 47% em vigor para o último ano. Segundo o Tesouro, isso se deveu à alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que atraiu de volta os investidores desses papéis.

A participação de papéis prefixados (com juros definidos no momento da emissão) caiu de 26,53% em 2023 para 21,99% em 2024. O percentual ficou próximo do limite máximo estabelecido pelo PAF de 2024, que estimava que a participação encerraria o ano entre 22% e 26%. Com o aumento da Selic, os investidores fugiram dos títulos prefixados, mais sujeito às oscilações de mercado e que pode trazer prejuízo se resgatado antes do prazo.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação caiu de 29,76% para 26,96%, dentro do intervalo estabelecido entre 25% e 29%. A dívida corrigida pelo câmbio,



Foto: Jose Cruz/ABR

considerando a dívida pública externa, fechou 2021 em 4,76%, também dentro da margem de 3% a 7% estimada no PAF.

Os títulos corrigidos por taxas flutuantes aumentam o risco da dívida pública, porque a Selic pressiona mais o endividamento do governo quando os juros básicos da economia sobem. Quando o Banco Central reajusta os juros básicos, a parte da dívida interna corrigida pela Selic aumenta imediatamente.

Em tese, os papéis prefixados trazem mais previsibilidade. Isso porque os juros desses títulos são definidos no momento da

emissão e não varia ao longo do tempo. Dessa forma, o Tesouro sabe exatamente quanto pagará de juros daqui a vários anos, quando os papéis vencerem e os investidores tiverem de ser reembolsados. No entanto, os títulos prefixados têm taxas mais altas que a da Selic e aumentam o custo da dívida pública em momentos de instabilidade econômica.

## Prazo

O Plano Anual de Financiamento também abriu uma margem para aumentar o prazo da DPF. No fim de 2024, o prazo médio ficou em 4,05 anos. O PAF estipulou

## Licenciamento facilitado gera R\$ 460 milhões para economia paranaense no 1º ano

Em um ano, 27.897 empresas foram abertas, 4.725 empregos gerados e R\$ 460 milhões acrescentados ao Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná com o programa Descomplica Licenças. Esses são os resultados obtidos por esse eixo de atuação do Descomplica Paraná, criado para simplificar e acelerar o processo de abertura de empresas. Os números são do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde).

Desde que entrou em vigor, em 31 de janeiro de 2024, a partir do Decreto Estadual do Baixo Risco, a iniciativa elimina obstáculos burocráticos, permitindo que empreendedores abram suas empresas de maneira rápida e eficiente. O decreto que regulamentou a Lei Estadual de Liberdade Econômica definiu as 771 atividades que podem gerar empresas de forma ágil e eficiente. São beneficiadas pelo Descomplica Licenças empresas enquadradas em atividades econômicas de baixo risco para a integridade física, saúde humana e animal, meio ambiente e patrimônio.

Com a regulamentação, esses empreendimentos recebem um selo de baixo risco, e por meio de uma plataforma única, digital e integrada com todos os órgãos licenciadores do Estado (Vigilância Sanitária, Bombeiros, Meio Ambiente e Defesa Agropecuária), podem iniciar de imediato suas atividades, ficando dispen-

sados de quaisquer outros atos. Apesar disso, a segurança é prioridade no Paraná, e as atividades de Baixo Risco ainda podem ser fiscalizadas por qualquer dos órgãos licenciadores para garantir que tudo esteja em conformidade com as normas de segurança.

O programa, no entanto, começou antes, em 2019, fruto de uma ideia do governador Carlos Massa Ratinho Junior para impulsionar o empreendedorismo e a geração de emprego e renda. Aos poucos ele integrou forças e expandiu sua área de atuação, sempre com olhar para a desburocratização. Outros resultados desse braço de licenciamento no primeiro ano são acréscimo de R\$ 13 milhões em arrecadação do ICMS e R\$ 179 milhões de incremento na massa salarial do Estado.

“Criamos o Descomplica Paraná em cima de toda uma segurança jurídica e técnica para agilizar a vida de quem quer investir no nosso Estado, gerando emprego, renda e girando a economia”, afirma Ratinho Junior. “Esse primeiro ano mostra que a liberdade econômica é um diferencial em relação a outros estados, favorecendo nosso crescimento”.

“Desburocratizar significa ganhar tempo, e tempo é dinheiro para o empreendedor e para o poder público. O Descomplica Licenças dá a oportunidade para que o pequeno empreendedor, aquele que abre uma empresa de baixo risco, possa abrir seu ne-

gócio diretamente nessa plataforma única, de dentro da sua casa e em poucos minutos”, complementa Jean Rafael Puchetti Ferreira, presidente do Comitê Estadual de Desburocratização da Casa Civil e do Programa Descomplica Paraná.

“Agilizar a abertura da empresa, significa começar a investir, a gerar empregos e riqueza, e isso retorna ao Estado em termos de impostos que serão aplicados a toda a sociedade. É um ganho para todos, tanto para o empreendedor, como para a sociedade”, afirma.

Segundo balanço divulgado pela Junta Comercial do Paraná (Jucepar), referente ao ano de 2024, a média de abertura de empresas no Estado ao longo do último ano foi 828 por dia. O número representou 9% de aumento em relação a 2023, quando a média foi de 761 novos empreendimentos por dia.

Em relação ao tempo médio de abertura de empresas, o Paraná fechou o mês de dezembro de 2024 com a marca de 13h39 minutos, ocupando a 7ª posição no ranking nacional de agilidade de abertura de novos negócios naquele mês. Em primeiro lugar aparece Sergipe (6h), seguido por Espírito Santo (9h), Bahia (10h), Piauí (11h), Maranhão (12h) e Tocantins (12h). No Brasil, a média foi de 26 horas.

O Descomplica foi incluído no escopo de atuação do Centro In-

tegrado de Gestão e Governança do Paraná (CIG-PR), dentro do Escritório de Processos. Além deste, há outros cinco eixos de atuação do programa: Centro de Governança, Dívida Ativa, Escritório de Investimentos, Laboratório de Ciência de Dados e Inteligência Pública, e o Centro de Comunicação Integrada.

Esta iniciativa é liderada pela Casa Civil, e trabalha na construção de uma nova modelagem de gerenciamento de projetos e políticas públicas. O objetivo é ajudar a orientar novas soluções para a execução de obras e programas do Estado, tornando a máquina pública e os investimentos mais eficientes.

Dentro das metas está, por exemplo, a desburocratização de processos, a eliminação de gargalos e mitigação de riscos de problemas diversos, como falta ou desvio de verbas públicas, problemas de cronograma de entregas, déficit arrecadatório, priorização inadequada de investimentos, entre outros.

Com a criação e aplicação deste modelo dentro da gestão estadual, o Governo do Paraná busca motivar que os Municípios adotem iniciativas similares, que garantam não apenas gestões mais modernas, mas também com benefícios diretos à população, deixando o Paraná cada vez mais em evidência como um dos melhores estados do Brasil para se viver e investir. (AENPR)

## Moraes autoriza transferência de kid preto de Brasília para Manaus

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou na terça-feira (3) a transferência do tenente-coronel Hélio Ferreira Lima para o 7º Batalhão de Polícia do Exército, localizado em Manaus.

O militar, que é um dos kids-pretos - tropa de elite do Exército - foi preso em novembro do ano passado na Operação Contragolpe, deflagrada pela Polícia Federal (PF) no âmbito das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Hélio Ferreira está preso nas dependências do Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília, e será transferido

após Alexandre de Moraes aceitar pedido da defesa para que o acusado fique preso na cidade onde seus familiares moram.

Além do tenente-coronel, também estão presos na capital federal o general da reserva do Exército Mário Fernandes e o major Rodrigo Bezerra de Azevedo.

Os presos foram indiciados pela PF no inquérito no qual Jair Bolsonaro é acusado de tentativa de golpe. O relatório de indiciamento está na Procuradoria-Geral da República (PGR).

O procurador-geral, Paulo Gonet, vai decidir se o ex-presidente e os demais acusados serão denunciados ao Supremo pelos crimes imputados pelos investigadores. (Agência Brasil)

## STF mantém anulação de condenações de ex-presidente da OAS

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a decisão do ministro Dias Toffoli que anulou as condenações do ex-presidente da construtora OAS, Léo Pinheiro, nas investigações da Operação Lava Jato.

Por 3 votos a 2, o colegiado negou recurso apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para suspender a decisão do ministro, proferida em agosto do ano passado.

A anulação foi deferida em um pedido de extensão feito pela defesa do acusado a partir de outras decisões do ministro que anularam procedimentos da Lava Jato. As liminares reconheceram que o ex-juiz Sergio Moro foi parcial na condução das condenações.

No recurso, a procuradoria

pediu que Toffoli reveja sua decisão ou apresente o recurso para decisão definitiva dos demais ministros.

Ao julgar o caso no plenário virtual, os ministros Gilmar Mendes e Nunes Marques acompanharam o entendimento de Toffoli. Edson Fachin e André Mendonça votaram contra a anulação.

Um dos principais delatores da operação, Pinheiro teve sua colaboração premiada homologada em 2019 pelo Supremo. Em seguida, ele deixou a prisão e passou a cumprir prisão domiciliar, com monitoramento por tornozeleira eletrônica. Em função das investigações da Lava Jato, Pinheiro ficou preso 3 anos e 4 meses na carceragem da Polícia Federal (PF), em Curitiba. (Agência Brasil)

## Injúria racial só vale para ofensas contra pessoas negras, decide STJ

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu na terça-feira (4) que o crime de injúria racial deve ser aplicado somente nos casos de ofensas dirigidas a pessoas negras.

Com a decisão, o colegiado decidiu rejeitar a tese do chamado “racismo reverso”, que envolve ofensas de pessoas negras contra pessoas brancas.

A questão foi decidida no caso de um homem branco que foi chamado “escravista cabeça branca europeia”. O caso aconteceu em Alagoas e foi denunciado pelo Ministério Público como injúria racial.

Por unanimidade, os ministros entenderam que a injúria racial não se aplica quando ofensas são dirigidas a pessoas

brancas em razão da cor da pele. Nesses casos, o crime de injúria simples deve ser aplicado.

Conforme o acórdão do julgamento, a Lei 7.716/1989, que definiu os crimes de preconceito de raça ou de cor, visa proteger grupos minoritários historicamente discriminados.

“O conceito de racismo reverso é rejeitado, pois o racismo é um fenômeno estrutural que historicamente afeta grupos minoritários, não se aplicando a grupos majoritários em posições de poder”, decidiu o STJ.

Com a decisão do tribunal, o entendimento sobre a questão do “racismo reverso” poderá ser aplicado pelas instâncias inferiores. (Agência Brasil)

## Univesp abre inscrições para o Vestibular 2025 nesta quinta-feira (6)

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, abre no próximo dia 6, às 10h, as inscrições para 22.935 vagas do Vestibular anual 2025, destinadas a 432 polos, de 373 municípios (capital, interior e litoral).

São oferecidos nove cursos gratuitos: Letras, Matemática e Pedagogia (Eixo de Licenciatura), Ciência de Dados, Engenharia de Computação e Tecnologia da Informação (Eixo de Computação), e Administração, Engenharia de Produção e Tecnologia em Processos Gerenciais (Eixo de Negócios e Produção).

As inscrições terminam no dia 07/04/24, às 23h59, e devem ser feitas pelo site: [vestibular.univesp.br](http://vestibular.univesp.br). O custo da inscrição é de R\$ 47,50. A prova (objetiva e redação) ocorrerá no dia 18/05, às 13h, e

os locais oficiais serão divulgados no dia 09/05, a partir das 10h. O início das aulas está previsto para o final de julho de 2025. Neste ano, a Univesp ofertou ainda 2.631 vagas para o **Provão Paulista**. Os aprovados também ingressam em julho.

Para participar, não há limite de idade, basta ter concluído o ensino médio ou com o término previsto até o período da matrícula. No preenchimento da ficha de inscrição, os candidatos devem cumprir todas as etapas previstas, responder o questionário socioeconômico, indicar o CPF e seus dados pessoais. Também será possível, caso queiram, fornecer os números de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de 2022, 2023 e 2024, para que os resultados sejam considerados na prova objetiva e integrados à nota final.

No vestibular, também ha-

verá o Sistema de Pontuação Acrescida para Pretos, Pardos e Índios (PPI) e para alunos que estudaram o Ensino Médio em escolas públicas.

Das 10h do dia 06/02, até as 23h59 do dia 16/02, as pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) poderão solicitar isenção da taxa. No mesmo período, também será concedida a redução de 50% do valor da taxa de inscrição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007, aos candidatos que preencham cumulativamente, os seguintes requisitos: estejam regularmente matriculados no ensino médio ou equivalente, no 3º semestre da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em curso pré-vestibular ou em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação e que recebam remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos ou desempre-

gados há mais de 12 meses. Os benefícios são concedidos no site do vestibular. No momento da inscrição, basta clicar em “redução de taxa” ou “isenção”.

O candidato poderá obter confirmação do pagamento e a efetivação de sua inscrição, no portal vestibular.univesp.br na “Área do Candidato”, após cinco dias úteis. Para qualquer outra informação ou dúvidas, deverá contatar a central de atendimento ao candidato da Univesp, via chat online, mensagens para o Fale Conosco do site vestibular.univesp.br ou, ainda, pelo telefone (11) 3874-6300 em dias úteis, das 08h às 18h.

O gabarito oficial será divulgado em 19/05, a partir das 15h, no site do vestibular. A publicação oficial do resultado e a primeira chamada ocorrerá em 24/06, a partir das 15h. (Governo de SP)